

O Conselho Universitário (Consun) extraordinário, de 18/9, foi convocado especialmente para aprovar o novo regulamento do pós-graduação. O que inicialmente se configurava como uma discussão temática, e que não deveria fugir aos aspectos técnicos ou burocráticos, teve seu

caráter totalmente modificado quando a professora Salma Tannus Muchail, da Fafcla, leu um documento em que questionava o sentido do que se estava deliberando ali.

Para a professora a qualidade e o nível dos programas de pós, preconizados pelo texto votado pelo Consun, só poderá materializar-se caso tenhamos, entre outras condições, uma revisão nos contratos dos docentes (hoje maximizados), revisão específica do vínculo entre contrato dos professores e número de orientandos; revisão das possibilidades de contratação de novos docentes de modo mais digno e atenção especial aos professores que se encontram nas camadas intermediárias da carreira docente.

A professora lembrou ainda que a maximização, que deveria ser transitória, hoje é uma realidade, que traz riscos de curto prazo (veja documento na página 2).

SITUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

O Consun extraordinário

Pós-Graduação

NOVO REGULAMENTO VELHOS PROBLEMAS

Discussão no Consun traz à tona problemas estruturais da universidade que estão acima do novo regulamento do setor

também marcou a estreia dos novos representantes dos funcionários administrativos. E, depois da fala da professora Salma, o funcionário Nalcir Antonio Ferreira Jr. tomou a palavra e lembrou que a situação descrita pela professora não se circunscrevia simplesmente aos docentes, mas afetava também os funcionários administrativos que, se não sentem os efeitos da maximização imposta aos docentes, veem-se constantemente sob o risco de demissão, onde aqueles que ficam na instituição arcam com as tarefas daqueles demitidos e quando novos trabalhadores são contratados, isto acontece em condições bastante inferiores.

Vários conselheiros também se manifestaram apoiando as críticas que estavam sendo formuladas e pedindo que o documento da professora fosse incorporado como um texto aprovado no Consun, coisa que foi devidamente "esquecida" pela direção do conselho.

A discussão do novo regulamento do pós tomou mais de três horas de discussão, com as

suas 22 páginas. Os principais pontos polêmicos foram levantados pelos estudantes que entendiam que a aprovação do texto passava pela discussão dos novos parâmetros financeiros estabelecidos pela pró-reitoria de pós-graduação.

POSIÇÃO DOS ESTUDANTES

Reunidos em assembleia, os estudantes elaboraram uma carta na qual requerem que seja revogada a portaria do setor de pós-graduação que exige pagamento de matrícula e mensalidades no período compreendido entre o depósito da tese/dissertação e sua defesa, coisa que não ocorria até o semestre passado.

A professora Maria Amália Andery, porém, não concordou em discutir aquele tema no Consun extraordinário, alegando que as questões financeiras estavam fora do texto do regulamento.

Os alunos também questionaram o fato de que o novo estatuto começa a vigorar, para todos os estudantes,

no início de 2014. Para eles, a mudança de prazo para a conclusão dos cursos poderá afetar os estudantes que já haviam se planejado para terminarem seus cursos. Também nesse ponto, a pró-reitora nomeada de pós-graduação mostrou-se inflexível, afirmando que o novo regulamento vigorará

a partir do ano que vem para todos os alunos do pós e não só para os ingressantes.

Outro ponto polêmico foi aquele referente à realização de estágios no exterior. O texto encaminhado para a aprovação dos conselheiros previa que o professor poderá pedir licença por até seis meses, sem prejuízo de seus vencimentos referentes ao seu contrato no pós-graduação.

A professora Neide Noffs, da Faculdade de Educação, apresentou destaque pedindo a retirada do artigo, uma vez que ele poderia gerar a ideia de privilégio aos professores de pós-graduação, pois os demais professores estariam excluídos de tal benefício. De fato, o Acordo Interno da APROPUC prevê que os professores com contrato de tempo integral poderão se licenciar por 12 meses com remuneração equivalente a TP 10 horas, como adicional à bolsa outorgada pelas agências internacionais.

continua na próxima página

continuação da página anterior

Ao final da discussão, porém, foi aprovado por ampla maioria o texto original que previa pagamento dos vencimentos docentes durante a realização do estágio. A professora Maria Amália informou que este mecanismo já é utilizado, ficando os professores que se licenciam obrigados a ministrar todo o conteúdo de seu programa em aulas combinadas com os alunos. Outra proposta polêmica foi o destaque que tentava diminuir os prazos mínimos para o mestrado profissionalizante e doutorado. Vários conselheiros encaminharam pela manutenção dos atuais prazos, considerando que a redução do prazo contribuiu para o rebaixamento do nível do curso.

O texto aprovado pelo Consun deverá passar ainda pelo Conselho de Administração, Consad.

PADRE JULIO LANCELLOTTI

Além dos novos representantes dos funcionários, também iniciou os seus trabalhos o padre Júlio Lancellotti, indicado pelo cardeal Dom Odilo para substituir o professor Vidal Serrano na cadeira de representante da sociedade civil. Ouvido pelo *PUCviva*, padre Júlio, conhecido principalmente pela sua atuação política nos movimentos sociais, comentou que recebia a nomeação com alegria e responsabilidade. Quanto à crise que hoje vive a PUC-SP, declarou que a crise das universidades é geral e que a sua preocupação no Consun se pautará no sentido de abrir a universidade à sociedade, não limitando-se a pensar a instituição sempre em si mesma.

"O Consun deve garantir que o regulamento passe da letra aos atos"

A conselheira Salma Tannus Muchail, representante docente da Faficla, leu, ao final do debate no Consun, um documento relatando o seu ponto de vista sobre a aplicabilidade das normas aprovadas. Abaixo reproduzimos alguns trechos:

"O regulamento em epígrafe vem sendo assunto de instâncias da PUC-SP há bastante tempo (...). A complexa tramitação do processo e principalmente as importantes contribuições que recebeu são motivos de reconhecimento e apoio por parte do Consun. Todavia, na condição de membro do órgão deliberativo superior, é também importante que os conselheiros considerem cautelosamente o tema e, na medida do possível, ofereçam algumas reflexões ou ponderações. É nesta direção que busco oferecer alguma contribuição (...)

O texto em questão traz inúmeras indicações sobre o que podemos denominar de "boa qualidade" e de "bom nível" dos programas, indicações que dão sentido e concretude ao texto (...)

Das palavras que enunciam "boa qualidade" e "bom nível" à realidade que as concretiza, não há trânsito direto. São necessárias condições para que se faça a mediação entre o texto e a prática. Como atender, adequada e efetivamente às normas de "constante aperfeiçoamento", de atendimento "às exigências do Sistema Nacional de Pós" de contratação de "professores

visitantes ou de promoção da "internacionalização das atividades"? Com que meios contam o Coordenador de Programa ou a pró-reitoria de pós para cumprimento das competências ou dos deveres que o texto lhes atribui?

É nisto, creio que não basta ao Consun apoiar, aprovar ou simplesmente homologar. É responsabilidade do Consun contribuir na busca de condições que, minimamente, garantam que o regulamento passe da letra aos atos. Nesta direção, permito-me levantar (ou simplesmente lembrar) alguns pontos fulcrais a serem considerados:

1- Revisão geral das condições contratuais dos professores;

2- Revisão específica do vínculo entre o contrato de professores e o número de orientandos, observando-se algumas particularidades:

- que o andamento e o rendimento das orientações não são passíveis de previsão exata de datas;

- que a escolha ou designação de um orientador pode oscilar em função de sua área;

- que não é possível estabelecer uma relação exata, nem em números, nem em datas entre os orientandos que concluem sua orientação e os novos que se inscrevem;

- que esta situação necessariamente flexível, quando diretamente atrelada ao contrato gera insegurança contratual a cada semestre (...)

- que a atribuição de números exatos de orientandos para cada contrato de professor é extremamente

questionável (o professor que tem nove orientandos, e ganha como o que tem cinco, está com um orientando a menos do que o que tem 10 ou está com quatro a mais do que o que tem cinco? Está trabalhando a menos ou em excesso?)

3- Revisão das possibilidades de contratação de novos professores, de modo mais digno e mais economicamente atraente, evitando assim o "envelhecimento" do corpo docente e a falta de oxigenação.

4- Atenção cuidadosa às condições dos professores que já são da PUC-SP, mas não estão nas faixas mais altas da carreira docente (isto é, aqueles que estão na camada "intermediária", entre os mais antigos e os prováveis novos, e que garantirão a continuidade da qualidade e do nível dos cursos), criando mecanismos bem regulamentados de ascender na carreira, evitando assim, a evasão de bons professores.

Há cerca de oito ou nove anos, o Consun aprovou a chamada "maximização" dos contratos docentes, alteração de regulamentos, e outras medidas similares. A aprovação mostrava-se necessária e responsável. Mas, tão necessária quanto responsável, decidiu-se também que seria transitória. Esta decisão foi insistentemente lembrada sob o risco de consequências que, a médio prazo, seriam academicamente danosas para a PUC-SP. Ora, o que era para ser transitório, instalou-se; e o que se temia a médio prazo, tornou-se risco de curto prazo".

Comissão da Verdade realiza sessão pública no TUCA

A Comissão da Verdade da PUC-SP "Reitora Nadir Gouvêa Kfourri" promoveu sua primeira sessão pública, realizada no auditório Paulo VI no TUCA, na noite de 16/9. O evento serviu para a comissão, composta por professores, alunos e ex-alunos de diversos cursos da universidade, apresentar seu plano de trabalho - a comissão da PUC-SP, criada em maio deste ano, tem dois anos para ajudar a reconstruir a história dos anos da ditadura militar em relação ao que se passou nos muros da universidade. Segundo o manifesto de criação da comissão, "a PUC-SP não passou ilesa às violações de direitos cometidas naquela época, recebendo professores cassados, alunos expulsos de universidades públicas e empregando pessoas que saíram das prisões ou regressaram do exílio. Devido a essa postura de resistência foi alvo de perseguições e de dois incêndios, provavelmente criminosos, do teatro TUCA".

O evento, que contou com a presença de grande público, foi marcado pela presença de

Antonio Carlos Malheiros, desembargador e coordenador da Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, que apontou a importância das comissões da verdade que estão sendo criadas pelo Brasil, tanto as estaduais quanto as locais, como as da PUC-SP, e reforçou o papel delas: "Desconstruir a ditadura que ainda existe".

Outro nome importante da noite foi o jornalista Ivan Seixas, preso político da ditadura que hoje coordena a Comissão Estadual da Verdade. Seixas, torturado ao lado dos pais, também militantes contra o regime militar, deixou claro que não quer vingança, e sim justiça tanto para si próprio e sua família quanto para todos os torturados da ditadura. O jornalista ainda declarou que a anistia foi "enfada goela abaixo no martirizado povo brasileiro" e que deveria ser declarada a nulidade da Lei da Anistia.

Bolsas de iniciação científica serão disponibilizadas pela universidade para projetos emba-

sados no trabalho da comissão. O edital e outras informações serão disponibilizados no site do grupo em <http://www.pucsp.br/comissaodaverdade>.

APROPUC

A professora Priscilla Cornalbas, diretora da APROPUC, fez uma intervenção relacionando a situação da PUC-SP nos anos de governo militar com a atual conjuntura. Ela lembrou aos presentes que é necessário combater a repressão que paira atualmente na universidade, e que a atual gestão da reitoria,

imposta pela Igreja Católica, também age de forma truculenta, desde passar graxa nos muros da universidade para evitar que estudantes pulem o portão após o fechamento até abrir processos políticos contra estudantes e a professora Bia Abramides, também diretora da APROPUC.

A professora Rosalina Santa Cruz, que também compõem a comissão, teve seu irmão, Fernando Santa Cruz, desaparecido durante a ditadura e seu corpo jamais foi encontrado. Recentemente, a Comissão Estadual "Rubens Paiva" homenageou Fernando, também prometendo justiça.



A mesa coordenadora dos debates da Comissão da Verdade

GUILHERME ALMEIDA

Mais adesões em solidariedade à professora Bia

Abaixo transcrevemos as adesões que nos chegaram esta semana em solidariedade à professora Bia Abramides, denunciada em um processo político pela reitora nomeada

Milena Barroso - Universidade Federal do Amazonas; **Milton Andrade** - Militante de Direitos Humanos; **Neimy Batista da Silva** - Curso de Serviço Social/UFMG; **Neire Bruno** - Assistente Social; **Palmyra Alves Fernandes Moreira** - FGV; **Pamela Costa** - CEJAM; **Paola Invernizzi** - Facultad de Derecho y Ciencias Sociales - Comahue; **Meire Melo Duque** - Assistente social, mestra pela PUC-GO; **Michel Amary** - Filosofia-USP; **Caio Dezorzi**

-Jornal Luta de Classes; **Camila Avila** - Sindicato dos Municipais de Vinhedo; **Camila Brandão** - Assistente social do HUGG/UNIRIO; **Camila Rocha** - Estudante PUC-SP; **Camila Taceli** - Assistente Social - Mogi das Cruzes; **Camille Aguiar** - Assistente Social - Ex-aluna PUC-SP; **Carina Medeiros** - Aluna PUC-SP; **Carlos Ailton** - estudante de serviço social na Universidade Guarulhos - UnG; **Carlos Eduardo Pinto Vergueiro Filho** - RG 35520960-3; **Cláudio Alves Júnior** - Universidade Estadual Santa Cruz; **Cristina Machado Maia** - Médica; **Cristina Oliveira** - FAMA; **Docília Freitas** - PMSP; **Dodora Motta** - Sindicato dos Profissionais

da Educação do RJ - Volta Redonda.; **Edna Viana da Silva** - Assistente Social - Londrina; **Elisa Canola** - PMSP - Assistente Social- Saúde; **Elisângela de Souza** - Assistente social; **Elisângela Machado Santos** - Assistente Social; **Evandro Júnior** - Assistente Social do Conselho Tutelar de Campo Grande; **Evanize Pavanelli Valsi** - Assistente Social; **Fábio Guarani** - Assistente Social; **Neusa Cadore** - deputada estadual PT, Presidenta da Comissão Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa da Bahia; **Ney Janisen** - Sociologia-Prof. Colegio Estadual do Paraná; **Mirela Ferraz** - UNIFAI; **Izabel Cristina Dias Lira** - Profª - Universidade Fe-

deral de Mato Grosso; **Izalene Tiene** - Ex-Prefeita de Campinas; **Jonas Thomé** - Médico; **Jorge Corsi** - Estudante - PUC-SP; **Jorge Og** - Serviço Público Federal; **Joseane Duarte Ouro Alves** - Aluna Pós - Universidade F. Juiz de Fora; **Lieberty Abreu** - Assistente Social; **Marcela Chadad** - INSS; **Marcos Costa** - Conselho Tutelar São Rafael; **Maria Cecília Mansur** - Profª S.S UFF; **Maria Raimunda Penha Soares** - Curso de Serviço Social da UFF - Polo de Rio das Ostras; **Maria Tereza Baierl** - Assistente Social; **Maria Thereza Candido Gomes de Menezes** - Profª - UFF; **Milton Nizato** - Assistente Social e Pró Reitor de Extensão da UNILINS

Ericka Huggins fala sobre o Partido dos Panteras Negras

Ericka Huggins começou sua conferência na PUC-SP, na quarta-feira, 18/9, no auditório 333, pedindo desculpas por não falar português. Ela precisou de um tradutor. Apesar disso, sorridente e brincalhona, Huggins logo ganhou o grande público com uma mistura de bom humor e uma vasta experiência de vida. Ela foi uma das primeiras mulheres que ajudou a organizar o Partido dos Panteras Negras em todos os EUA, militou pelos direitos civis e étnicos, foi presa política e hoje viaja pelo mundo falando do "Black Panthers Party".

A LUTA CONTRA O RACISMO

Ericka cresceu em Washington e falou sobre a elitização e o embranquecimento da cidade, de maioria negra, e sobre as desigualdades de cor e de classe na capital americana. "Eu era uma criança muito tímida e curiosa. Quanto mais eu ia crescendo, eu ia me perguntando por que pessoas ricas e brancas moravam de um lado, e pessoas negras e pobres de outro, e por que crianças brancas cuspiam em mim, até as crianças brancas pobres. Até que um dia eu perguntei a minha mãe por que, e ele me explicou a escravidão", disse ela fazendo um paralelo com a história do Brasil. Na adolescência, Huggins conheceu Martin Luther King Jr. e participou



ROBERTO OLIVEIRA

Com o auditório 333 lotado, Ericka Huggins fala sobre a questão racial e o Partido dos Panteras Negras nos Estados Unidos

de uma grande marcha por direitos civis em Washington. A partir de então, Ericka começou a militar por igualdade racial e entrou ainda adolescente, em 1967, no Partido dos Panteras Negras, fundado em Oakland um ano antes, onde ficou por 14 anos.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

No início, conta ela, os Panteras Negras eram um agrupamento só de autodefesa contra a violência policial e os grupos racistas. Mas, principalmente depois do "Programa dos Dez Pontos", o partido se tornou uma organização revolucionária, com o intuito de transformar radicalmente a sociedade norte-americana, em meio à revolução cultural e à guerra do Vietnã. Eles dialogavam com as comunidades ne-

gras perguntando o que eles queriam, precisavam, e os Panteras Negras atuavam a partir dessas necessidades, organizando ônibus para familiares visitarem presidiários, construindo escolas comunitárias para crianças e até cozinhando para eles. "A gente não dizia o que o povo tinha que fazer. O povo sabe do que precisa e o que fazer", diz ela. O Programa de Dez Pontos, por exemplo, foi fruto desse processo e culminou na reivindicação de direitos essenciais como segurança, moradia, emprego, educação o fim da obrigatoriedade militar e da violência policial e o fim do encarceramento em massa da população pobre e negra dos EUA.

Outro tema da fala de Huggins foi a questão de gênero. Após entrar para os Panteras Negras, ela percebeu que não havia mulheres no comitê central do parti-

do e lutou para mudar essa situação. "Eu fui falar com o Huey [Newton, fundador do partido] sobre isso, e ele me perguntou o que queríamos. Eu falei: 'queremos mulheres no comitê central'. No dia seguinte, havia seis mulheres no comitê central dos Panteras Negras", conta ela, afirmando que Huey recebeu muito bem a ideia e que a igualdade de gênero era algo bastante avançado no Partido dos Panteras Negras.

Após a exposição inicial, Ericka passou um slideshow com fotos das ações dos Panteras Negras e o microfone foi aberto para o público fazer perguntas, enriquecendo mais ainda o debate. Antes do evento, organizado pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais e pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, houve ainda a exposição do documentário "The Mixtape Black Power".

FALA COMUNIDADE

Mais Médicos e plano de carreira - enfim, a verdade sobre a batalha

Maria Crisitina S. Amorim

Após vários enfrentamentos entre governo federal e associações médicas em torno da contratação de profissionais estrangeiros, surge enfim, declaradamente, a causa da guerra: o plano de carreira dos médicos que o governo federal insiste em não instituir. Indignados com a derrota, as associações e alguns ilustres representantes da categoria ainda enfrentam o programa Mais Médicos. A ala enfurecida do movimento, ao hostilizar os médicos cubanos, perdeu as estribeiras e envergonhou o Brasil com cenas de xenofobia.

As entidades de classes são fortemente influenciadas pelo funcionalismo público, daí a ênfase à luta pela carreira médica, entenda-se, que o Estado brasileiro estabelece condições de trabalho e "salário compatível com a

dedicação exclusiva" (Mário Scheffer, médico, em entrevista para o Valor Econômico, em 6/9/13). As lideranças avaliaram que a proximidade das eleições (estaduais e federal) e a candidatura do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ao governo de São Paulo criavam as condições ideais para pressionar o governo federal a aprovar o plano de carreira e o "ato médico" (proibição da realização de vários procedimentos aos demais profissionais de saúde). Pegaram carona nas revoltas de junho e soaram as trombetas em defesa da saúde (da profissão) e do mercado de trabalho (deles). Erraram, jogaram mal e não têm estratégia para a retirada da batalha perdida.

As lideranças das entidades médicas, para usar uma expressão do movimento sindical, podem ter perdido o bonde da história - dito de outra forma, não acompanharam as transformações no mundo

do trabalho. Lutam pela carreira convencional quando essa forma de organização do trabalho está em extinção, há décadas, mesmo nas organizações multinacionais, que empregam a elite da mão de obra assalariada e ultra qualificada. Lutam para ampliar o funcionalismo público na saúde, quando um dos graves entraves à implementação do SUS é justamente a massa ingovernável de profissionais. As organizações sociais de saúde e os contratos de gestão não resultaram da sanha neoliberal de governos de ocasião, mas da dificuldade de gestão de pessoas no setor público, condição determinante (ainda que não suficiente) para a oferta de saúde à população.

A democracia é construída também pela ativa participação das organizações sindicais, cuja pauta de reivindicações, por isso mesmo, não deve se descolar de interesses compartilháveis com parcelas mais

amplas da sociedade. Estamos todos de acordo que serviços de qualidade exigem condições de trabalho adequadas, a luta por melhor remuneração para os médicos servidores públicos é legítima, mas a forma escolhida estragou tudo. Permito-me à metáfora e um trocadilho, há algo de pre-freudiano na ação das lideranças sindicais dos médicos: estão magoados por que afinal, o governo federal não lhes deu atenção suficiente ("não houve discussão ampla com as entidades") e destinou recursos para outros, os estrangeiros. Um surto de ciúmes ao invés da racionalidade da ação política entre atores que disputam o dinheiro público?

Maria Crisitina S. Amorim é pesquisadora em economia e gestão da saúde, professora titular e coordenadora do curso de economia e comércio internacional da PUC-SP campus Barueri.

Consun discute vagas para vestibular de verão

A sessão ordinária do Consun desta quarta-feira, 25/9, deverá levantar uma grande polêmica: os conselheiros irão se debruçar sobre o quadro de vagas aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, Cepe, que prevê a não abertura de uma série de turmas e estabelece critérios para complementação do número de vagas.

Durante a semana o *PU-Cviva* ouviu gestores de cursos e faculdades que se manifestaram abertamente contra a redução, entendendo que

isto pode causar uma redução nos contratos docentes e mesmo, ao final, provocar demissões.

Por isso cursos estão se mobilizando para assistir à sessão e questionar os parâmetros aprovados.

PIFPEB

O Cepe aprovou por unanimidade, na sua reunião de quarta-feira, 18/9, a proposta de alteração do Projeto Institucional para Formação de Professores da Educação

Básica, PIFPEB.

Pelo novo texto as horas das licenciaturas diminuem para um total de 3360 créditos ou 2800 horas-relógio, adequando-se às diretrizes do MEC. Os diversos cursos afetados deverão apresentar até o final do ano uma nova matriz curricular que contemple as alterações.

A diminuição de custos gerada pela reforma não significa necessariamente que os valores pagos pelos estudantes será reduzido.

Apesar da aprovação unân-

nime o novo projeto vem recebendo críticas por parte de professores da Faculdade de Educação que entendem que a redução do número de aulas deverá rebaixar a qualidade do ensino ministrado nas licenciaturas.

Já a profesora Neide Noffs, coordenadora do Projeto acredita que isto não deverá acontecer e que os cursos estão sendo solicitados a reformar suas grades para se tornarem mais atrativos e atender à demanda hoje existente.

GAUCHE NA VIDA

Os números não mentem: maioria quer democracia na mídia

Laurindo Lalo Leal Filho

O debate em torno da democratização da comunicação acaba de ganhar um reforço importante. Uma pesquisa sobre o tema promovida pela Fundação Perseu Abramo permite agora discutir o papel da mídia em cima de dados concretos. Sabia-se, por exemplo, que a TV aberta - apesar do avanço da internet - continuava sendo o meio mais utilizado pelos brasileiros para informação e entretenimento. Agora temos números: 94% fazem isso, 82% deles todos os dias.

À frente da internet e dos jornais, empatados em 43%, está o rádio, com 79% (69,2% ouvem diariamente). Presente nas regiões mais remotas do país e nas grandes cidades, sua voz é ouvida por ribeirinhos na Amazônia e pelos motoristas presos nos congestionamentos urbanos, com uma força político-eleitoral que ainda está para ser medida.

A pesquisa teve caráter nacional e ouviu 2.400 pessoas, com margem de erro que varia de dois a cinco pontos percentuais. Soubesse por ela que 57% dos brasileiros leem jornais, mas quase a metade (46,2%) só lê o do bairro ou da cidade em que mora. Muito atrás aparece o segundo jornal mais

lido: o Extra, com 5,9%. Os jornalões - Folha de S.Paulo (4,5%), O Globo (3,1%) e O Estado de S. Paulo (3%), com leitores concentrados no Sudeste - revelam não ter a projeção nacional por eles apregoada. Entre as revistas o dado é preocupante: 76% leem esse tipo de publicação, dos quais 50,2%, a Veja.

Conhecendo a linha editorial da revista fica clara a necessidade de uma alternativa capaz de contrabalançar os efeitos negativos que ela causa à sociedade.

Na internet, o Facebook (38,4%) e o Twitter (25,5%) são os preferidos dos brasileiros. Os portais de notícias - Globo (16,7%), UOL (12,6%), Terra (7,3%) - vêm depois: seis em cada dez entrevistados dizem buscar informações e notícias nesses sites, reforçando a convicção de que a internet é responsável pelo declínio dos jornais impressos.

Quanto ao conteúdo, não há uma percepção de que os meios de comunicação, quando tratam de política e economia, defendam os interesses da população. Só 7,8% acreditam nisso. Os demais dizem que eles defendem os interesses dos próprios donos (34,9%), dos que têm mais dinheiro (31,5%) e dos políticos (20,6%).

Em relação à TV, a pesquisa concretiza o que os estudiosos já inferiam. A maio-

ria dos brasileiros (71,2%) não sabe que as emissoras de rádio e TV são concessões públicas. E quando passam a ser perguntados sobre o que veem na tela mostram uma clareza maior: 43% dizem não se ver representados na TV e 25% se consideram retratados negativamente. Grande parte avalia às vezes ou quase sempre como desrespeitoso o tratamento dado à mulher (64%), aos nordestinos (63%) e aos negros (66%) nos programas das emissoras.

O remédio está na regulação dos meios. Os entrevistados concordaram com essa necessidade, mostrando que a campanha sistemática da mídia, comparando regulação à censura, surte pouco efeito.

Deveria haver mais regras para o funcionamento das TVs para 71%. E na opinião de 77,2% deveriam ser estabelecidas e aplicadas por um órgão ou conselho representativo da sociedade, como ocorre em vários países democráticos.

A maioria (entre 50,9% e 65,8%) se manifestou contra a veiculação de palavrões, a exposição gratuita do corpo da mulher, de imagens de cadáveres, de crueldade com animais, de nudez e sexo, violência e morte e de uso de drogas. Também se mostrou contrária a cenas de violência e de humilhação de

gays e lésbicas, assim como ao humor que ridiculariza as pessoas. E mais: 88,1% não querem propaganda de bebida alcoólica na TV.

São dados que não aparecem no Ibope e não têm nada a ver com audiência. A pesquisa revela como é enganosa a afirmação de que a TV mostra o que as pessoas querem ver. Vcem, na verdade, por falta de opção ou para não deixar a casa silenciosa.

Laurindo Lalo Leal Filho, sociólogo e jornalista, é professor de Jornalismo da ECA-USP. É autor, entre outros, de "A TV sob controle - A resposta da sociedade ao poder da televisão" (Summus Editorial) e ex-professor da PUC-SP.

O artigo acima pode ser encontrado em ver.: <http://www.vermelho.org.br>

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ocupação Esperança sofre incêndio criminoso

A ocupação Esperança, em Osasco, sofreu na noite do dia 12/9 um incêndio considerado criminoso pelos moradores. Eles haviam acabado de sair da assembleia da ocupação, às 19h30, quando viram as árvores da mata que cercam o terreno ocupado pegando fogo.

Com a pouca água disponível e cobertores encharcados, eles conseguiram apagar o fogo e impedir que o incêndio se alastrasse pelos barracos. Já os bombeiros foram chamados inúmeras vezes e

simplesmente não chegaram, afirmam os moradores. Segundo eles, horas depois do susto ainda era possível sentir o cheiro de óleo diesel queimado, indício evidente que o incêndio foi proposital.

No manifesto divulgado pelas lideranças da ocupação Esperança, eles denunciam a prática comum de incendiar favelas em São Paulo com a finalidade de fomentar a especulação imobiliária, e citam o notório caso da favela do Moinho como exemplo, que pegou fogo mais de uma vez.

GRAJAÚ

Outro caso de violência brutal contra movimentos de moradia aconteceu no Grajaú, distrito com mais de 1 milhão de pessoas na zona sul da cidade.

Na segunda-feira, 16/9, com ordem do prefeito Fernando Haddad e da sub-prefeita Cleide Pandolfi, sem aviso prévio ou ordem judicial, a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana e até a Guarda Ambiental removeram os moradores do Jardim União com bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, cassetetes e balas e borracha.

Bancários fazem greve nacional

Os trabalhadores bancários iniciaram na quinta-feira, 19/9, uma paralisação nacional com prazo indeterminado para acabar. A greve já havia sido aprovada no dia 12/9, e, como não foram apresentadas novas propostas dos bancos às reivindicações dos trabalhadores, a greve foi confirmada.

Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, que tem 2.835 agências bancárias em sua base, a adesão não será de 100% no primeiro dia. Como ocorreu em greves anteriores, ela deve crescer gradualmente.

Os bancários reivindicam, principalmente, reajuste salarial de 11,93% - sendo 5% de aumento real, maior participação sobre lucros e resultados e "fim das metas abusivas".

Eles pedem ainda um piso salarial de R\$ 2.860,21, valor calculado pelo Dicese como sendo o mínimo para que o trabalhador possa pagar suas despesas básicas e de sua família.

Por sua vez, a proposta dos bancos é 6,1% de reajuste salarial, mantendo a mesma fórmula de participação nos lucros, o que não agrada nem de longe o movimento grevista.

Ex-funcionário denuncia esquema de espionagem da Vale S.A.

A empresa Vale S.A. - ex-Vale do Rio Doce, estatal privatizada nos anos 90 - tem um esquema de espionagem que envolve terceirização de empresas e até a Polícia Federal para bisbilhotar a vida de movimentos sociais, jornalistas, ONG's, políticos e toda e qualquer pessoa que possa estar ligada aos seus interesses.

Quem afirma é o ex-funcionário do Departamento de Segurança Empresarial da Vale,

André Luis Costa de Almeida, que um ano depois de demitido resolveu entregar documentos que comprovam o esquema de espionagem ao Ministério Público Federal (MPF). Segundo os documentos, a Vale contratou a empresa de informação e inteligência Network, do Rio de Janeiro, que se infiltrava em movimentos sociais e pagava propina para agentes públicos - da Polícia Federal e de órgãos de justiça de

São Paulo - a fim de obter informações sigilosas de pessoas que denunciavam práticas ilegais ou abusivas da mineradora.

Além dele, entre os alvos da espionagem, estão lideranças do MST, a jornalista Vera Durão, que trabalhava no jornal Valor Econômico, o premiado jornalista Lúcio Flávio Pinto e até a atual presidente Dilma Rousseff, quando ela era ministra de Minas e Energia.

Professores sofrem repressão do governo mexicano

No último dia 13/9, professores dos diferentes níveis da rede de educação mexicana, ligados a Coordenação Nacional de Trabalhadores de Educação (CNTE), foram duramente reprimidos pelas forças policiais do governo Enrique Peña Nieto. Com cavalaria e parti-

cipação de policiais federais, a polícia militar retirou à força os professores que ocupavam a Plaza Central de Mexico, ou Zócalo, marco de grandes manifestações da Cidade do México, capital do país.

Segundo a CNTE, a cena de repressão tem se repetido

em outros estados do país. O movimento docente reivindica a anulação de leis consideradas anti-trabalhistas pelos professores e exige a abertura de diálogo do governo para uma reforma educacional no México.

A CNTE pede ainda aos

movimentos sociais de toda a América Latina que organizem manifestações nas embaixadas mexicanas em seus respectivos países, solidarizando-se com a causa dos professores e se opondo aos métodos repressivos de Enrique Peña Nieto no trato do movimento:

36 anos da invasão da PUC-SP

Na noite de 22 de setembro de 1977 as tropas da PM de São Paulo, sob o comando do então secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Erasmo Dias invadiram o campus Monte Alegre da PUC-SP para reprimir um ato estudantil que ocorria nas dependências da universidade comemorando a reorganização da UNE. A invasão resultou em 1500 presos e vários estudantes queimados pelas bombas detonadas pela polícia. Professores, estudantes e funcionários da PUC-SP tiveram que, juntamente com estudantes de outras instituições, acotovelarem-se em um estacionamento, existente em frente ao Tuca, transformado

em verdadeiro campo de concentração. O episódio foi marcado pela firme intervenção do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e pela reitora Nadir Kfourri que compareceu pessoalmente para questionar a atitude do coronel Erasmo Dias.

A lembrança deste momento de resistência, da comunidade e da sociedade contra o arbítrio e a truculência é de grande importância, principalmente em um momento em que enfrentamos mais uma ameaça à nossa autonomia universitária, quando permanecemos sob a direção de uma reitoria que foi a última colocada na escolha da comunidade, mas que foi imposta



Estudantes e professores presos durante a invasão da PUC-SP

pelo cardeal Dom Odilo Scherer. Um vídeo rememorando os principais momentos e a repercussão da invasão foi realizado

pelo professor Jorge Claudio Ribeiro e pode ser encontrado em http://www.youtube.com/watch?v=1Q_T94aSvF-k

ROLA NA RAMPA

Domenico Losurdo lança livro na PUC-SP

O professor Domenico Losurdo lançará no dia 19/10, às 19h, seu livro "O Pecado Original do Século XX". O evento, que ocorrerá no auditório 100, do Prédio Novo da PUC-SP, contará com a conferência "Liberalismo, emancipação e os mitos da modernidade", ministrada pelo autor. Domenico é um dos mais respeitados filósofos marxistas italianos da atualidade. Desde 1988 preside a Internationale Gesellschaft Hegel-Marx, e é

membro fundador da Associação Marx Século XXI. Atualmente é professor de filosofia da história na Universidade de Urbino. O evento será realizado pela Fundação Maurício Grabois, com apoio do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder, Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (Neils), Faculdade de Educação da PUC-SP e APROPUC. O evento também acontecerá na Unicamp, no dia 2/10, às 17h.

AFAPUC/ Sorocaba comemora Dia das Crianças

A tradicional festa de comemoração do Dia das Crianças, realizada anualmente pela AFAPUC em Sorocaba, ocorrerá este ano no dia 5/10, entre 12h e 18h, em frente ao prédio da Faculdade de Medicina da PUC-SP, no campus Sorocaba. Aos interessados,

haverá excursão partindo de São Paulo para os associados da entidade - para garantir vagas, que são limitadas, os associados deverão se inscrever na secretaria da AFAPUC (Rua João Ramalho, 182, 7º andar) até o dia 30/9, entre 8h e 12h e 13h e 17h.

Correção

Diferentemente do que foi publicado em nossa edição da semana passada na matéria sobre fechamento de turmas, o curso de Arte: Crítica e curadoria, da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Arte será oferecido no vestibular de verão deste ano.

Ainda sobre os rankings universitários

Sobre a nota publicada na semana anterior nesta página que noticiava a colocação da PUC-SP nos rankings Folha e Editora Abril, algumas direções se manifestaram ao **PUCviva** solicitando a menção aos seus cursos entre os mais qualificados. É o caso do curso de Ciências Contábeis da FEA que em relação ao Ranking de Ensino foi classificado em terceiro lugar no Brasil, logo após as Universidades Federais, e em primeiro lugar em São Paulo. Já no que se refere ao Ranking de Mercado, a classificação do curso foi em primeiro lugar. A Faculdade de Educação também está muito bem cotada, entre os cursos de pedagogia brasileiros e recebeu cinco estrelas no Guia

do Estudante da Editora Abril. Por outro lado a Folha publicou na semana passada um novo ranking, baseado na reputação das universidades, e a PUC-SP ficou em 6º lugar em todo o país, estando na primeira colocação entre as privadas. Para a pró-reitora nomeada de pós-graduação Maria Amalia Andery, "a boa imagem da universidade deve-se, em parte à superação da crise financeira de 2006, quando a universidade chegou a dever R\$ 107 milhões e cortou aproximadamente 30% de seu quadro". E já que a crise financeira está superada seria bom pensar-se em formas de pagamento da dívida de 2006, que a universidade ainda mantém junto aos seus docentes.

Comissão da Verdade homenageia Norberto Nehring

A Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva promoverá, em audiência pública, uma homenagem a Norberto Nehring, professor da USP morto durante a Ditadura Militar no Brasil. Aos 29 anos, Nehring foi assassinado em abril de 1970 e, até hoje, as circuns-

tâncias exatas de sua morte não foram apuradas. Norberto, que era economista, representava o poder da juventude de enfrentar a repressão militar no Brasil. A homenagem será no dia 27/9, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.